



“Uma pequena enseada, com muitas algas fétidas e uma estreita faixa arenosa, donde Prainha. Algumas casinhas com muitas frutas no quintal: fruta-pão, carambola, manga...” (Reminiscências de Renato Pacheco)

# Na festa dos 450 anos, uma reivindicação antiga: a preservação da Prainha

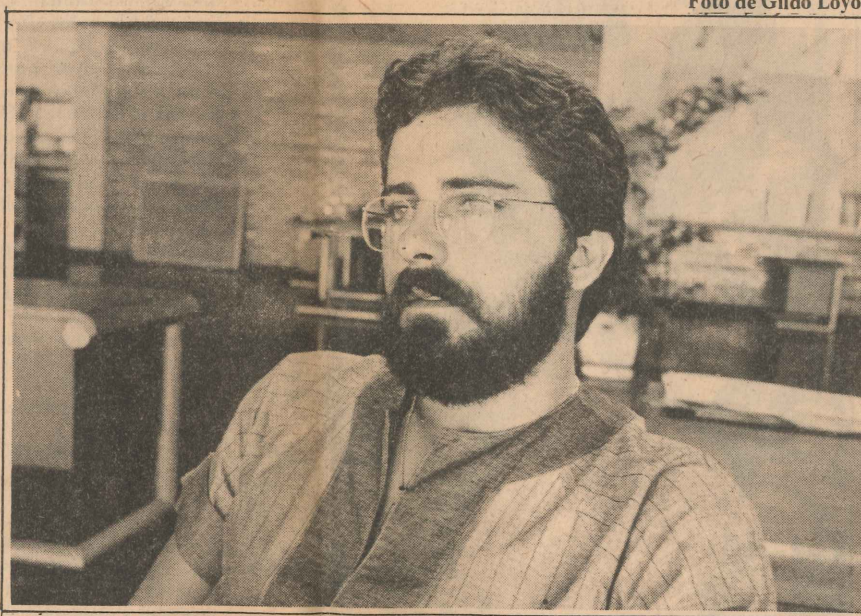
Foto de Gildo Loyola

e Coronel Sodré até a rua 25 de Maio e, em quatro andares, até a rua Castelo Branco”, lembra a assessora de Planejamento da PMVV, arquiteta Maria Célia Silva Caiado.

Essa proposta foi feita com base em estudo do Instituto Jones dos Santos Neves, de modo a garantir a visão do Convento da Penha de vários pontos da cidade. “Mas, mesmo contra o desejo da população, a Câmara vetou o projeto. A Associação de Moradores estava mobilizada para comparecer à votação, mas houve manobras que anteciparam o dia em que o projeto seria votado e não pudemos assistir à sessão”, denuncia Alvaro.

Agora, quando Vila Velha completa 450 anos de fundação, os moradores estão confiantes de que alguma providência será tomada, principalmente com a predisposição da PMVV, “que está se instrumentando para ter poderes para promover não só o tombamento da Prainha, mas também de outras regiões de valor do município”, como declara o prefeito Vasco Alves Júnior. Ele acha fundamental manter as fachadas e limitar o número de pavimentos na região da Prainha.

Uma das medidas que a PMVV está tomando para promover a preservação é o envio de mensagem à Câmara criando o Serviço Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico (que teria um conselho, composto por dez membros, para deliberar sobre os tombamentos). Outra mensagem que já foi enviada à Câmara, dentro dos festejos dos 450



Alvaro: “Apesar dos 450 anos de história do Espírito Santo, não existe até hoje uma política de preservação dos principais marcos do Estado. A Prainha é apenas um exemplo”.

justificativa vem sendo dada para reivindicar o tombamento daquela região: as relações afetivo-amorosas que a comunidade tem pelo local. Essa é a opinião do professor Kleber Frizzera, chefe do Departamento de Arquitetura da Ufes. Segundo ele, as cidades sempre foram vistas como partes isoladas, quando na verdade elas pertencem à comunidade como um todo. “A comunidade já percebeu que o ambiente urbano é uma coisa que é patrimônio coletivo e por isto passou a reivindicar seus direitos sobre o destino de sua cidade”, diz.

Fernando Achiamé. Ele considera que, no caso da Prainha, o que deve ser preservado é o patrimônio ambiental urbano, que inclui não só o que está construído, mas os espaços vazios existentes entre as edificações, inclusive os quintais das residências. “Além de algumas construções que têm real valor histórico ou artístico, para deixarmos a marca do nosso tempo”, diz ele.

## PROPOSTAS

“Até há pouco tempo, a

Mas o que ainda resta do ponto

mente promover-se o levantamento dos visuais (marcos históricos, paisagens, monumentos importantes) e das partes edificadas. E ainda uma pesquisa junto aos moradores antigos — para saber como era a vivência na região — e novos — para descobrir a expectativa destes com relação à Prainha. Um estudo deste trabalho está sendo feito pela aluna do 10º período de Arquitetura da Ufes Maria de Fátima Sabaíne Gama.

Depois de feito este trabalho, André considera que se deveria propor a preservação de fachadas, volumes e alinhamentos (ruas estreitas não poderiam ser destruídas para dar lugar a largas avenidas). “Tudo isto deveria ser feito através de leis municipais, que seriam mais ágeis para fiscalizar e agir”, diz ele.

“Outro dado importante é promover o tombamento não só dos prédios históricos, mas também do seu ‘entorno’ (área em volta das edificações), para que o conjunto não seja danificado. Neste sentido, fui designado no ano passado pelo SPHAN para coordenar um projeto de proteção ao ‘entorno’ do Convento da Penha. Como não houve remessa de verba federal, tentamos junto ao Instituto Jones dos Santos Neves conseguir algum recurso. Mas o instituto alegou também falta de verba para este tipo de serviço, apesar da reconhecida importância do Convento e das reivindicações dos moradores”, desabafa André.

A Associação de Moradores de

AM17615  
**P**ara a Associação dos Moradores de Vila Velha-Centro, cada árvore deve ser preservada, cada quintal cultivado, todas as ruas devem continuar tranquilas, além, é claro, de se conservar todos os bens históricos. Essa reivindicação é apoiada por várias entidades, que participaram de um ato cultural domingo último, pedindo o tombamento da Prainha.



Há 450 anos, os índios da terra assistiam com espanto à chegada dos portugueses, com roupas abundantes e armas de fogo. Mais assustados ficaram quando escutaram os tiros dos canhões lusitanos. Recuaram e a esquadra de Vasco Fernandes Coutinho desembarcou na pequena enseada ao pé de um morro coberto por densa e bela vegetação. Ali foi criada a Vila do Espírito Santo, mais tarde denominada Vila Velha.



Há 450 anos, os índios da terra assistiam com espanto à chegada dos portugueses, com roupas abundantes e armas de fogo. Mais assustados ficaram quando escutaram os tiros dos canhões lusitanos. Recuraram e a esquadra de Vasco Fernandes Coutinho desembarcou na pequena enseada ao pé de um morro coberto por densa e bela vegetação. Ali foi criada a Vila do Espírito Santo, mais tarde denominada Vila Velha, ponto de partida para a colonização do Estado.

É este local — a Prainha de Vila Velha — que a população do município e várias entidades querem preservar como área de patrimônio histórico, cultural e paisagístico. Por isto, a Associação de Moradores de Vila Velha-Centro realizou um ato cultural, domingo último, pedindo o tombamento daquela região.

### ANTIGA LUTA

A conservação da Prainha é uma reivindicação antiga e tem se manifestado de várias formas. Em 1947, quando foi criada a primeira associação de moradores de Vila Velha (Associação dos Amigos de Vila Velha), a comunidade já pedia o tombamento da área, conforme registro no livro de atas.

Dois anos depois de criada, a associação foi dissolvida, mas a luta pela preservação continuou a ser levada por alguns moradores isoladamente. Um dos maiores representantes dessa luta foi o pintor Homero Massena, que imortalizou toda a região através de seus quadros, espalhados pelo mundo.

“Mas, mesmo contra a vontade da comunidade de Vila Velha, a Prainha acabou sendo destruída. Primeiro foi a construção da Marinha e, mais recentemente, o aterro da Comdusa. Agora, com a construção da Terceira Ponte, tememos que haja uma corrida imobiliária e, por isso, queremos impedir que a região seja mais descaracterizada ainda”, diz Alvaro Moura, presidente da Associação de Moradores de Vila Velha-Centro. Para ele, o grande problema do Brasil, com relação à preservação da memória nacional, é que sempre se coloca os interesses de grupos econômicos acima dos anseios da população.

No ano passado, atendendo à solicitação da comunidade, a Prefeitura de Vila Velha enviou um projeto de lei à Câmara, instituindo uma área de urbanização restrita na Prainha, que foi classificada como núcleo de formação histórica. “No projeto tentava-se manter a atual volumetria da área, limitando em dois pavimentos às futuras construções”, diz a arquiteta Luíza Grimaldi

que a comunidade tem pelo local. Essa é a opinião do professor Kleber Frizzera, chefe do Departamento de Arquitetura da Ufes. Segundo ele, as cidades sempre foram vistas como partes isoladas, quando na verdade elas pertencem à comunidade como um todo. “A comunidade já percebeu que o ambiente urbano é uma coisa que é patrimônio coletivo e por isto passou a reivindicar seus direitos sobre o destino de sua cidade”, diz.

Uma das medidas que a PMVV está tomando para promover a preservação é o envio de mensagem à Câmara criando o Serviço Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico (que teria um conselho, composto por dez membros, para deliberar sobre os tombamentos). Outra mensagem que já foi enviada à Câmara, dentro dos festejos dos 450 anos de colonização do solo espírito-santense, propõe a obrigatoriedade de consulta às comunidades e entidades de preservação do meio ambiente para instalação de qualquer estabelecimento comercial ou industrial que possa interferir nas condições ambientais.

Para o professor de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do curso de Arquitetura da Ufes, Fernando Achiamé, integrante do Conselho Estadual de Cultura, a criação de um serviço municipal que protegesse o patrimônio de Vila Velha seria a melhor solução. Segundo ele, a região da Prainha já é toda protegida por lei federal, pois em 1940 o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) tombou o Convento da Penha e seu outeiro e, logo depois, a Igreja do Rosário.

“Mas, apesar daquela região ser protegida por lei federal, é necessário que se crie instrumentos mais eficazes de proteção. A legislação em vigor garante que não pode ser edificada nenhuma construção que impeça a visibilidade que se tem do Convento nem que se quebre a harmonia existente entre esse e a Igreja do Rosário”, diz Fernando.

Segundo ele, esta lei foi usada na década de 70 pelo professor e arquiteto Cristiano Woefel Fraga, então representante do Sphan no Espírito Santo, para impedir que um prédio de dez andares fosse construído na Prainha. Houve um certo atraso para o cumprimento da lei e o prédio acabou ficando com quatro andares. A mesma lei foi usada no ano passado para proibir a construção de outro prédio no local.

“A proibição de construção desses prédios significa duas vitórias que a comunidade obteve sobre interesses econômicos particulares. Em contrapartida, fomos derrotados duas vezes pelo Governo, que era quem deveria dar o exemplo. A primeira derrota foi o aterro da praia e o segundo, a construção da Terceira Ponte, ambos descaracterizadores da Prainha”, declara Achiamé.

### AFETIVIDADE

Além dos inegáveis valores históricos, culturais e paisagísticos da Prainha de Vila Velha, outra

que a comunidade tem pelo local. Essa é a opinião do professor Kleber Frizzera, chefe do Departamento de Arquitetura da Ufes. Segundo ele, as cidades sempre foram vistas como partes isoladas, quando na verdade elas pertencem à comunidade como um todo. “A comunidade já percebeu que o ambiente urbano é uma coisa que é patrimônio coletivo e por isto passou a reivindicar seus direitos sobre o destino de sua cidade”, diz.

“Até há pouco tempo, a preservação era vista como atributo de arquitetos, artistas e historiadores e buscava-se preservar apenas o excepcional. Agora, esse conceito está mudando e a vivência cotidiana sendo vista com mais importância.

### Em 1984, a prefeitura propôs à Câmara a instituição de uma área de urbanização restrita na Prainha. Mas os vereadores não aprovaram o projeto

Por que só tem valor o local onde D. Pedro II pisou? E onde viveu minha família não tem valor? Temos que recuperar os valores sentimentais através de uma revisão nos conceitos fossilizados da história escrita, da história oficial. Afinal, cada grupo social tem direito de definir sua história”, acrescenta Kleber.

Da mesma opinião é o professor

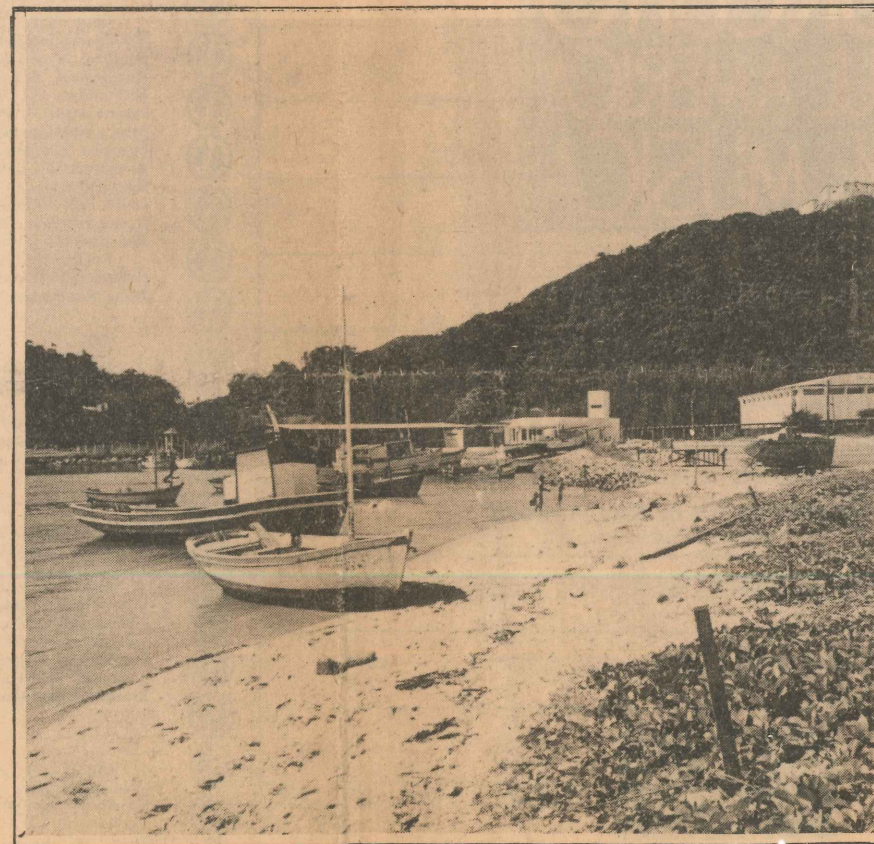
ambiental urbano, que inclui não só o que está construído, mas os espaços vazios existentes entre as edificações, inclusive os quintais das residências. “Além de algumas construções que têm real valor histórico ou artístico, para deixarmos a marca do nosso tempo”, diz ele.

### PROPOSTAS

Mas o que ainda resta do ponto de chegada dos portugueses ao Espírito Santo? O que deve ser realmente preservado? Para o professor de História da Ufes Renato Pacheco nada há mais para ser preservado, tendo em vista que o Convento da Penha e a Igreja do Rosário já foram tombados pelo SPHAN e o Forte de Piratininga, outro monumento histórico, pertence ao Exército.

Já a artista Yvanilde Brunow considera que o clima de tranquilidade que ainda existe na Prainha deve ser preservado, como forma de garantir às gerações futuras pelo menos uma pequena amostra do que foi o embrião do Estado. A mesma opinião tem o arquiteto André Abe, professor de Arquitetura da Ufes:

— Na atual situação em que se encontra a Prainha deve ser feito um tombamento imediato de toda a região como forma de garantir a sua preservação. Depois deveria ser feito um estudo amplo, com levantamento de todo o material documental existente (fotos, plantas de casas, escrituras, leis etc), para se levantar a real história do lugar. Posterior-



Para compensar a perda da praia, que era a única opção de lazer, os moradores querem a construção de um parque neste local.

SPHAN para coordenar um projeto de proteção ao ‘entorno’ do Convento da Penha. Como não houve remessa de verba federal, tentamos junto ao Instituto Jones dos Santos Neves conseguir algum recurso. Mas o instituto alegou também falta de verba para este tipo de serviço, apesar da reconhecida importância do Convento e das reivindicações dos moradores”, desabafa André.

A Associação de Moradores de Vila Velha-Centro reivindica para o aterro da Prainha a construção de uma área de lazer, “como forma de resgatar à população um direito que lhe foi roubado com o aterro da Comdusa, que pôs fim à única opção de lazer da região, a praia”, diz Alvaro Moura. Esta sugestão é também feita pelo escritor Gabriel Bittencourt, subsecretário-geral do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. Ele também acha necessário a limitação dos gabaritos das possíveis construções que venham a ser feitas no local.

Fernando Achiamé propõe que se trace uma linha poligonal delimitando o ‘entorno’ do sítio histórico da Prainha, para que se tire o caráter subjetivo da legislação federal que não determina até onde vai o espaço que deve ser preservado ao redor dos monumentos. “Esta delimitação está sendo providenciada por três alunos da disciplina que leciono no curso de Arquitetura, com critérios técnicos. Este trabalho será enviado posteriormente ao SPHAN, no Rio de Janeiro, e até julho esperamos que esteja tudo certo”, considera Fernando.

Para o presidente da Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente, Clovis Mendes, a preocupação de se preservar a Prainha de Vila Velha deve ser mais ampla. “Por exemplo, a Vale e a CST principalmente contribuem para destruir gradativamente a mata do Convento da Penha, por causa do pó que é depositado diariamente em cada árvore. Por isto, vejo que a luta pela preservação daquele sítio histórico deve ser estendida a qualquer outro agente poluente. A luta dos moradores de Vila Velha é a mesma dos que brigam pela não-instalação da Flexibrás no centro de Vitória. Nos dois casos, o que importa é o desejo da população que deve ser respeitado pelo poder oficial. No caso da Prainha, a comunidade está tendo apoio do prefeito, o que não está acontecendo com a capital do Estado”, desabafa Clovis.